

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: diário de Minas Class.: 187

Data: 25/09/88 Pg.: _____



Texto de Agostinho Santos
Fotos de João Noronha

Tudo pronto no 1º Tribunal do Júri, no Fórum Lafayette, para o primeiro julgamento federal em Minas e o primeiro em que matadores de índios serão julgados no País. O salão foi cedido à Justiça Federal, por ser maior que o do órgão na Rua Carijós, 126, centro. O julgamento começa amanhã, às 9 horas. Serão julgados: Francisco de Assis Amaro, Germano Gonçalves da Silva, Claudomiro de Oliveira Vidoca, Roberto Freire de Alkimim e Sebastião de Oli-

veira Vidoca, acusados de matar, com vários tiros, na madrugada do dia 12 de fevereiro do ano passado, o cacique Rosalino Gomes de Oliveira e os índios Manoel Fiúza da Silva e José Pereira. O crime aconteceu na reserva Xakriabá, em Itacarambi, no Norte do estado e foi motivado por disputa de terras.

Por ser um julgamento de repercussão nacional, várias medidas de segurança foram tomadas. O juiz Antônio de Paula Oliveira, da 4ª Vara Criminal da Justiça Federal, solicitou à Polícia Fe-

deral que armasse o esquema, credenciando a imprensa, várias autoridades e representantes de entidades que lutam pelos direitos dos índios.

As normas de funcionamento do esquema de segurança foram publicadas no "Minas Gerais" do dia 22 deste mês, e estabelece que: "Será reservado um local, dentro do tribunal, para os profissionais de imprensa, que será delimitado e controlado pela Polícia Federal", e que "não será permitido o uso de câmeras fotográficas e de vídeo, bem

como o uso de equipamentos de radiodifusão ou de gravadores, após iniciada a sessão de julgamento".

São esperados para o julgamento o presidente do Conselho Indigenista Missionário, Antônio Brand, e o vice, Fábio Martins Villas, além do padre Antônio Francisco da Silva, como representante da CNBB. Virão representantes da Anistia Internacional, de vários sindicatos rurais do País e parlamentares de vários partidos. Aguarda-se confirmação da presença do presidente da Funai.

Xakriabá, a hora da justiça (IV)

Julgamento federal amanhã pronto para evitar tumulto

Início, 9 horas. Jurados, sorteio antes

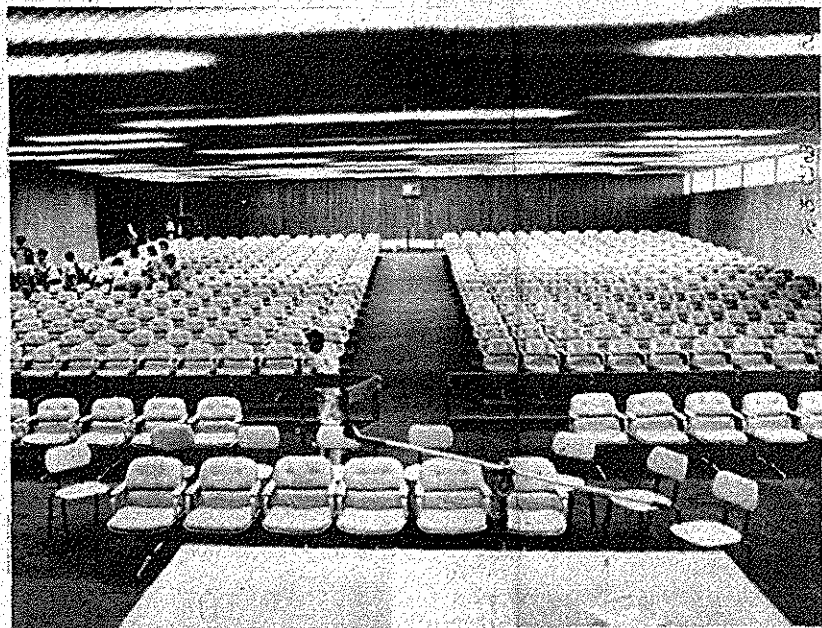
O julgamento começa amanhã, às 9 horas, no 1º Tribunal do Júri, no andar térreo do Fórum Lafayette, e será presidido pelo juiz federal Antônio de Paula Oliveira. A acusação estará a cargo do Procurador da República, Carlos Vítor Muzzi, auxiliado pelo advogado contratado pela Funai, Décio Fulgêncio. A defesa será de Ariosvaldo Campos Pires, auxiliado pelo advogado Orlando Ribeiro Lima, irmão do réu Francisco Amaro.

O inquérito policial foi presidido pelo delegado da Polícia Federal, Agílio Monteiro Filho, que viajou para Itacarambi dois dias após o crime. Ele ouviu testemunhas e em dois dias já havia indiciado cinco homens, como participantes da chacina na aldeia Sapé. Entre eles, o fazendeiro Francisco de Assis Amaro, apontado como mandante e participante do crime. Os cinco acusados tiveram prisão preventiva decretada pela Justiça Federal e vieram para as celas da Polícia Federal em Belo Horizonte, de onde sairão amanhã cedo para o julgamento.

O júri será composto por sete membros, de uma relação de 21, entregue ao juiz, no dia 13 deste mês. Como a Justiça Federal não dispõe de um júri federal, os membros deste jul-

gamento pertencem ao 1º Tribunal do Júri de Minas Gerais. Os 21 jurados indicados no dia 13 são: José da Costa Filho, Carlos José de Andrade, José Augusto Santos Sidney, Alysso Eustáquio Barbosa, Celina Marico Pires Rezende, Renato Falci, Salomão Reis Mapa, Onofre Guerra, Magno Augusto Aquino, Roberto Antoniace Silva, Marcos Santos Teixeira, Fernando Antônio Starling, José Marçal de Souza Ramos, Rafael Severino, Pedro Lopes Cançado, Maria Salete Bitencourt Lima, Edevar Ferreira, Ronaldo Guilherme Rolla, Ismar Tadeu Saraiva e Glória Viana Macedo de Oliveira.

Momentos antes do início do julgamento serão sorteados, desta relação, os sete jurados que irão atuar. A acusação e a defesa têm o direito de recusar até três membros, que serão substituídos pelo juiz. O procedimento será o normalmente utilizado para qualquer julgamento por júri popular. O juiz abre os trabalhos interrogando os réus, depois serão ouvidas as testemunhas pela acusação e defesa, e, se acharem necessário, pelos jurados. A palavra é dada à Promotoria para a acusação e logo após a defesa.

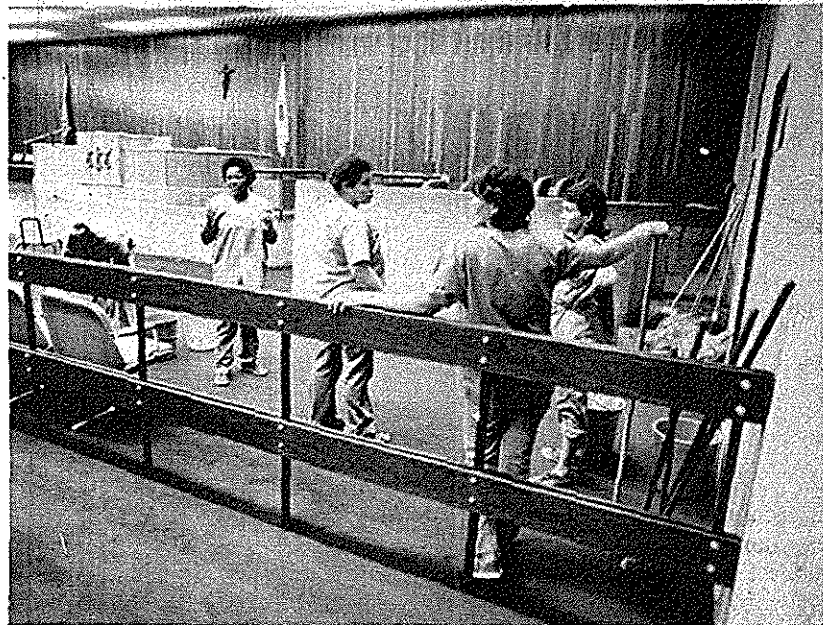


A sala do 1º Tribunal do Júri: pronta para o julgamento.

Depois da Exposição de todas as partes, o juiz esclarecerá qualquer dúvida apresentada pelas partes, só então os jurados se reunirão em sessão secreta para votar.

Segundo o Procurador da República Carlos Vítor Muzzi, o julgamen-

to deve demorar dois dias, pois serão ouvidas 25 testemunhas, tanto pela defesa quanto pela acusação, e o processo é muito volumoso. Haverá leituras de partes, caso seja necessário, que irão tomar muito tempo. Ele acredita que o julgamento termine na quarta-feira.



Ontem, estavam sendo dados os últimos retoques na limpeza

A acusação: homicídio qualificado

O advogado dos acusados, Ariosvaldo Campos Pires, entrou com um pedido de *habeas corpus* em favor de seus clientes junto ao Tribunal Federal de Recursos, alegando incompetência da Justiça Federal para julgar o crime. O pedido de foi rejeitado e em seu voto o Ministro do Supremo, Francisco Assis Toledo, argumentou ser a motivação do crime a disputa por terras pertencentes à União. Como segundo argumento o ministro explicou que ainda poderiam ser imputados aos réus o crime de ge-

nocídio, extermínio de uma raça, transformado em lei, por um tratado internacional assinado pelo Brasil em 86.

A citação do ministro do Supremo fez com que parte da imprensa divulgasse que o julgamento do dia 26, será por crime de genocídio, o que não é verdade. Em sua denúncia o Procurador da República pede o enquadramento dos réus nos crimes de homicídio qualificado, lesões corporais, invasão de domicílio e formação de quadrilha.